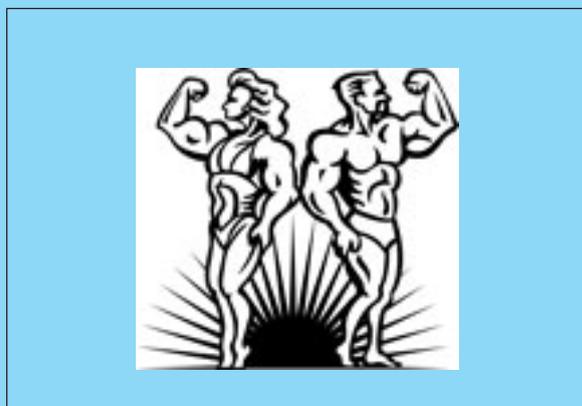


AS ESTRATÉGIAS MODERNAS E O CORPO CONSUMIDOR: DO PRODUTOR DISCIPLINADO AO COLECIONADOR DE SENSações

ALEXSANDRO ARAÚJO OLIVEIRA — IVAN MARCELO GOMES



RESUMO: O texto analisa as diferentes estratégias de ação presentes na modernidade e suas conexões com o corpo. A abordagem teórica desenvolvida apresenta como principal interlocutor Zygmunt Bauman. Para tal análise, optou-se pela utilização de conceitos como estratégias heterônomas, heteroautônomas e autônomas presentes na obra do referido autor, para a compreensão das mudanças na ação e nos significados vinculados ao corpo na modernidade. A argumentação desenvolvida aponta para a relação intrínseca entre as transformações atreladas a uma sociedade com ênfase no consumo e as mudanças corporais.

PALAVRAS-CHAVE: Corpo; Modernidade; Consumo.

ABSTRACT: The text analyzes the different strategies of action in the modernity and its connections with body. Zygmunt Bauman is the main interlocutor. For such analysis concepts as *heteronomous*, *heteroautonomous* and *autonomous* strategies by Bauman were used toward an understanding of changes in the action and in the meanings of body in modernity. The developed argument points out an intrinsic relation between the transformations linked to a society whose emphasis is in the consumption and corporal changes.

KEYWORDS: Body; Modernity; Consumption.



1. A MODERNIDADE E A OBSOLESCÊNCIA DO CORPO

Uma definição de modernidade: tempo-espaço-experiência que se caracteriza pelo esforço de estabelecimento de uma ordem tal que busca se estabelecer tendo a racionalidade como guia; tempo-espaço-experiência que nasce da bifurcação ordem-caos, na medida em que a ordem será oposta ao caos; tempo-espaço-experiência que nasce da ruptura e do fim do tempo-espaço-experiência ordenado de modo divino; tempo-espaço-experiência saturado pela administração pautada no quantitativo, de existências gerenciadas tecnicamente. Nesse ambiente, a natureza não é vista como um espaço adequado para o homem; nesse ambiente, o homem não é visto como acabado, completo, em termos físicos, ele é visto e pensado como algo a ser feito, a ser transformado, gerenciado, moldado conforme as exigências de um mundo que também não está pronto.

Um exemplo para pensarmos tal aspecto da modernidade pode ser tirado das atividades e do conjunto quase infinito de aparelhos que foram criados para moldar, modelar, ajustar, harmonizar, aprimorar, esculpir, habilitar e homogeneizar o corpo na dependência de critérios, valores, padrões, instruções oriundas das mais diversas áreas e especializações técnicas e científicas. O corpo, assim como toda natureza, se encontraria em eminente vínculo com o caos. Tal vínculo deveria ser cortado, quebrado, desfeito através de intervenções. Essas intervenções teriam como objetivo o estabelecimento da ordem, que, em último caso, representaria o bom funcionamento, o esclarecimento, a coerência dentro de padrão pré-fixado por um projeto, de um plano gestor, de uma lógica administrativa. Dizer que pouco ou quase nada escapou a essa lógica é ser redundante, mas, nesse sentido, um bom exemplo a ser citado é o que nos apresenta

Georges Vigarello ao discutir os aparelhos de correção de postura tão comuns na modernidade. Instrumentos não só de correção, mas um mecanismo de controle sobre o corpo, criados com a competência técnica e científica pela modernidade (cf. Vigarello, 1995).



© John Lorenzo

É certo que em cada época específica o corpo sofre as intervenções de uma dada conjuntura. O exemplo acima tenta ilustrar este aspecto, mas busca também estabelecer que a característica e a originalidade das intervenções sofridas pelo corpo na época moderna está vinculada ao fato de que essa tarefa tornou-se um empreendimento dado quase que ao infinito, ou seja, não tendo um término, sendo algo que se inicia e se termina em cada etapa e cada etapa sendo reiniciada infinitas vezes.

O corpo se tornou um território em constante exploração — tentativa de colocá-lo em *ordem* ou dentro de uma dada ordem. Nessa empreitada nada deveria atrapalhar, nem mesmo Deus, nem mesmo a natureza, o que importaria era apenas a obsessiva marcha de ordenamento, de gerenciamento, de controle. Como diria Zygmunt Bauman, esta marcha “deve seguir adiante porque qualquer ponto de chegada não passa de uma estação temporária” (Bauman, 1999a, p.18).

Ou seja, o presente, e tudo o que ele contém, passam a ser sinônimos de obsolescência, inclusive o corpo.

2. VIDA, MORTE E CULTURA

A relação entre vida e morte nunca foi uma relação fácil. A descoberta da morte como algo inevitável tornou a experiência humana única. A morte como acontecimento se constitui como um problema apenas para os seres humanos. O fato de saber que se vai morrer, o fato de poder prever o próprio fim, tendo clareza de que a morte pode ocorrer a qualquer instante, levou o homem a criar alternativas para se proteger contra a eminência do seu próprio fim. Norbert Elias mostra que não é a morte que se converte em um problema para o homem, mas o conhecimento da morte (cf. Elias, 2001). Diante de tal argumentação não seria tão estranho imaginar ou mesmo ter como hipótese plausível a suposição de que a cultura como fenômeno tenha se dado como possibilidade de amenizar a experiência humana diante da morte ou mesmo ocultá-la para o homem.

A alternativa de imaginar-se eterno, construindo estratégias culturais para tanto, pode garantir uma existência, até certo ponto, menos angustiante frente a inevitável certeza da morte. Se por um lado a vida para a morte, como um fato imanente e iminente tornava a experiência humana fatalista, sobretudo diante da questão “quando se vai morrer?”, a opção de viver com a morte possibilitou a construção de respostas à questão sobre a natureza e o sentido da morte no desenrolar da vida. A resposta a tal pergunta passou a significar o sentido dado não apenas à morte, mas à própria vida.

Elias argumenta que uma forma de expressão do amor de si se apresenta na crença da própria imortalidade. Não é difícil, assim, concluir que a maneira mais eficaz

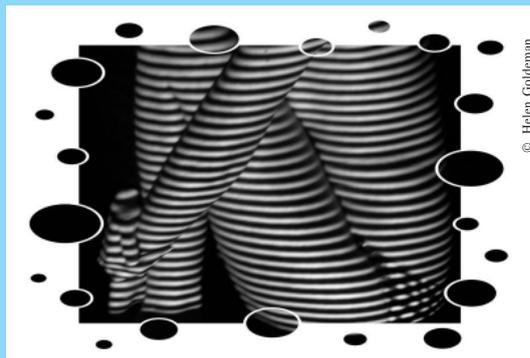
de negar o conhecimento da própria morte e acalantar o sentimento de imortalidade se deu através das inventivas intervenções culturais a respeito do como tornar a experiência humana eterna.

A idéia de uma experiência eterna mostrou-se vantajosa, mas ao mesmo tempo frágil. A possibilidade de uma existência eterna, atemporal, para além da vida mundana, assumiu um peso significativo na própria determinação do ser e do estar no mundo. E a intervenção da cultura nesse processo foi fundamental. As teias de explicações, de conexões, traços e linhas de sentido, configuradas culturalmente, permitiram o estabelecimento de questões e, em justa medida, de respostas que buscaram oferecer alento à angustiante condição humana. Assim, foram constituídas estratégias de ação.

3. AS ESTRATÉGIAS HETERÔNOMA E HETEROAUTÔNOMA

Uma primeira estratégia, digamos de modo mais conceitual, assumiu um caráter heterônomo. Aqui a temporalidade da vida no mundo, mais especificamente da vida humana, era interpretada como uma fração da eternidade, uma ponte entre o antes (do nascimento) e o depois (da morte). Nesta perspectiva, os sujeitos não possuem escolhas, já que tudo já fora determinado de antemão. O estar e o partir não dependiam da vontade dos sujeitos, assim como tudo que lhes acontecia tinha como determinação algo que se encontrava para além de suas forças. “O âmago da questão, porém, é que a vida, embora transitória, tem grande importância para a existência eterna que vem após a morte” (Bauman, 2000, p. 40). A vida mundana não acabava sendo realmente o que era: felicidade no mundo poderia significar miséria na eternidade, ao passo que miséria no mundo poderia significar felicidade eterna.

Assim, um vulto de mistério e graça garantia a permanência da estratégia heterônoma. Ademais, ela tirava dos sujeitos a responsabilidade de justificarem sua presença no mundo acrescida do fato de terem que optar sobre as demandas da própria vida.



Uma segunda estratégia pode ser denominada de heteroautônoma. Aqui as opções humanas não se restringiam mais às respostas divinas. As decisões tomadas ocorreriam sem a determinação ou sem a intervenção dos poderes “do alto” cujos conhecimentos eram completos e fincados de certezas. Tal passagem da estratégia heterônoma para heteroautônoma significou a emergência da modernidade cuja configuração apresentava um mundo projetado para o futuro, em que decisões deveriam ser tomadas visando a construção e o estabelecimento de uma ordem que afastasse os riscos e o imponderável e que possibilitasse ao mesmo tempo a sensação de eternidade.

Nesse contexto, o sujeito tentaria vincular sua existência a algo que fosse maior que sua individualidade buscando transcender a própria morte individual via uma vida que se eternizaria numa totalidade duradoura. Exigia-se dos indivíduos uma disciplina que mesclava autonomia das ações e a certeza de um vínculo a uma totalidade maior que ele próprio, algo que em termos se assemelhava à estratégia heterônoma das sociedades tradicionais. Como antes, a lógica

era incluir a vida de cada sujeito — este sendo compreendido como transitório — em uma seqüência de eventos que existiu antes dele e que continuaria a existir para além dele. Vale lembrar que essas novas totalidades, pelo menos em termos, não podiam reivindicar algum mérito divino, no entanto, isso pouco importava frente à questão sobre o antes (do nascimento) e o depois (da morte), do estar (neste mundo) e o partir (deste mundo), visto que uma resposta plausível e sensata para a tocante questão que pudesse oferecer sentido à vida de cada sujeito individualmente ainda não se encontrava ao alcance.

Essa discussão está conectada a uma outra não menos fundamental para compreensão da modernidade: a busca por uniformidade. A eclosão do fenômeno Estado-Nação pode ser apontada como o ponto culminante desta empreitada rumo à uniformização, a extirpação das ambivalências (os desvios, as anormalidades, etc.).

Esse modo estratégico trazia como novidade o grau de participação do sujeito frente às demandas da vida. Se antes a entrada e a participação numa totalidade duradoura não dependia substancialmente de uma escolha pessoal, sendo isto considerado o que dava sentido a vida, agora cabia ao sujeito dar à vida uma direção que tornasse a totalidade duradoura e criadora de sentido. Dessa maneira, suas ações ganhavam um grau de significado na consubstanciação da realidade. Aumentou assim, radicalmente, a importância dada à ação individual e a adoção livre de um itinerário, mesmo que preestabelecido e em conformidade com as regras de vida próprias desta estratégia. Neste sentido, a ação individual ganhou um novo significado. Já não se tratava mais de recompensa ou punição para além da vida mundana, já não se tratava mais de condenação ou redenção — a vida se passava “agora” e era medida “agora”

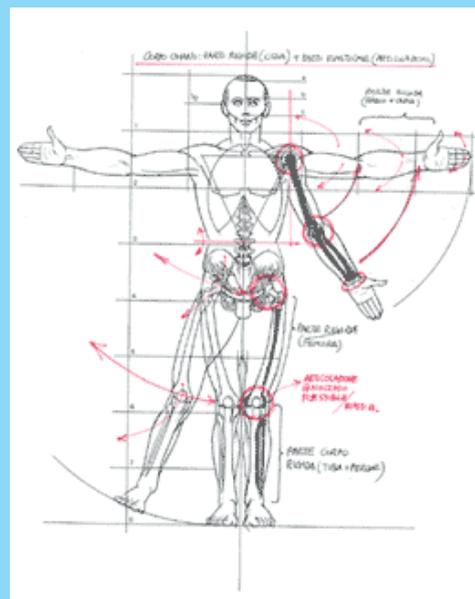
dentro dos limites e das condições de avaliação dadas em termos da transcendência daquilo que o sujeito poderia mover e em termos daquilo que poderia ser levado a cabo por esse sujeito no contexto circundante. Assim, o Estado-Nação se apresentava como o cenário que ultrapassava o indivíduo — assim como a família (cf. Bauman, 2000) —, mas no qual ele se realizava. O sentimento de pertencimento nacional foi uma das tentativas de busca de segurança e eliminação das incertezas próprias da modernidade e o espaço-tempo-experiência que garantiu a constituição de sentidos que ultrapassavam o sentido individual dado à própria existência.



© Helen Goldmann

Estes fatores não podiam desvincular-se dos aspectos econômicos e políticos presentes nesse período. Esse novo modelo de vida social necessitava de um senso disciplinar e de uma aprendizagem social que padronizasse as ações desejadas pela revolução industrial. Nesse sentido, a compreensão da modernidade elaborada por Bauman é elucidativa. Ele se refere a uma fase “pesada” na qual o corpo é submetido a um controle incessante, com uma rigidez de procedimentos típicos de uma sociedade que

enfatizava a produção, ou como denomina o autor, uma sociedade de produtores. São ilustrativas as relações estabelecidas entre o corpo humano saudável e a livre circulação de mercadorias enfocadas por economistas, urbanistas, médicos e governantes durante o século XIX e que percebiam a necessidade da busca de um corpo o mais saudável possível, sendo esse corpo adaptado ao modelo de circulação de bens e indivíduos típicos desse período (cf. Sennett, 2001). Em outras palavras, a busca de um corpo em “ordem”, de um coletivo homogêneo, saudável e produtivo para o conseqüente “progresso” (cf. Bauman, 1999a).



Essa saúde corporal, buscada e dada a partir da intervenção do Estado assumiu um novo e duplo significado. Por um lado, adquiriu ares de uma saúde social e por outro lado, consistiu em fator de uma responsabilidade individual. A partir de então, as imagens corporais remeteram a novas preocupações. O corpo aqui visado apontava à necessidade de um organismo saudável que contribuísse para o estabelecimento da ordem moderna. Esta busca, necessariamente, envolvia o homem apto para uma sociedade de produtores. Neste momento, a saúde corporal apesar de se referir ao sujeito

produtor possuía ainda um sentido “coletivo” medida através da participação e intervenção do Estado — era a saúde do produtor que estava em jogo e a saúde do Estado que estava em jogo.

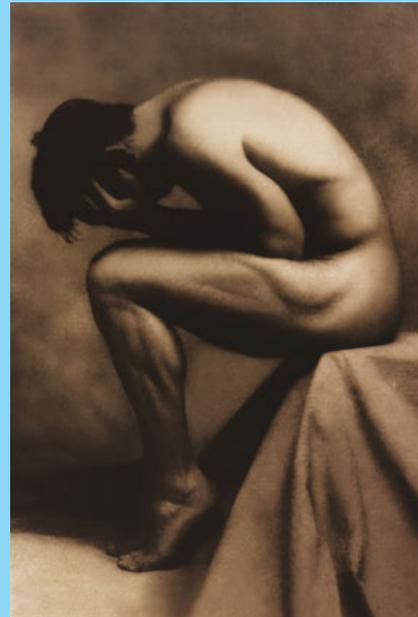
Existia um discurso moderno enfático sobre o corpo. O corpo se tornou objeto e alvo de poder. Constituído justamente por um conjunto de regulamentos militares, escolares e hospitalares e por processos empíricos e refletidos para controlar ou corrigir as operações deste corpo. A novidade era sem dúvida a escala de controle: “há um cuidado em trabalhar o corpo detalhadamente, de exercer sobre ele uma coerção sem folga, de mantê-lo ao mesmo nível da mecânica: poder infinitesimal sobre o corpo ativo” (Foucault, 1996, 126). Enfim, a disciplina fabricava corpos dóceis no sentido do aumento das forças do corpo em termos econômicos, enquanto havia uma diminuição destas mesmas forças em termos políticos de obediência.

4. AUTONOMIA E CONSUMO

Um novo cenário social impôs uma nova estratégia às ações humanas: a estratégia autônoma. Autonomia, aqui, não significa a idealização de um sujeito crítico, livre das sistematizações sociais e dono de uma consciência desmascaradora do mundo que o cerca. Autonomia reflete um estado em que os indivíduos estão necessariamente obrigados a realizar escolhas sem as garantias da segurança coletiva ou de um grande protetor que estabeleça certa divisão de tarefas e responsabilidades. A responsabilização das ações individuais torna-se uma regra.

Ao contrário das outras, está longe desta estratégia buscar uma transcendência no sentido da imortalidade. Ela revigora e estimula a necessidade de viver o presente, o agora. As opções são colocadas e as ações

inferidas numa sociedade com ênfase no consumo. Na sociedade de consumidores, como denomina Bauman, tais ações não podem ser postergadas, pois se assim acontece interpreta-se como sinal de fracasso perante as oportunidades colocadas. As sensações têm que ser vividas e desejadas constantemente.



© Flávio Perine

Este constante estado de incertezas aos quais as escolhas individuais devem ser tomadas gera uma série de novos significados na maneira como o espaço-tempo-experiência passa a ser vivido pelos sujeitos. Um bom termômetro para medirmos e compreendermos este novo cenário é mais uma vez o corpo. Na atualidade, o corpo, neste novo contexto, apresenta peculiaridades diferentes daquelas fomentadas na fase anterior.

Agora cada sujeito pode e é responsabilizado pelas ações inerentes ao seu próprio corpo. Toda responsabilidade - toda busca em fazer algo por ele, de protegê-lo ou minimizar os riscos a que ele corre ou venha a enfrentar - é de inteira competência individual. A estratégia autônoma demanda que o sentido da segurança pessoal, em meio

às incertezas a serem combatidas pelas ações individuais, deve ressaltar a defesa do corpo. Há que se ficar atento a cada segundo com uma preocupação sempre alerta para com os infortúnios que podem atingir o corpo. Estas preocupações podem ser ilustradas pelo grande crescimento de clínicas estéticas, pela infinidade de receitas de dietas, pelas inovações ginásticas, etc. Elas contribuem para eliminar o que é estranho.

É interessante uma breve comparação com a fase anterior. Aquilo que era denominado estranho, o anormal, era, claramente, considerado como improdutivo ou como pertencente a uma raça inferior que precisava ser coibida pelo Estado. Agora, o estranho pode ser aportado no corpo de qualquer sujeito e passa a ser uma preocupação na determinação do que é ou não um indivíduo responsável pela defesa deste local-nação, o corpo. A gordura ilustra esta argumentação, por isso deve ser “deportada do corpo, espremida (‘lipoaspirada’) ou morta à fome” (Bauman, 2000, p. 53). A questão é que este estranho não é tão facilmente identificável como aqueles de antes. O atual está em constante mutação proporcionada pelas inovações tecnológicas e as mediações mercadológicas. Desta forma, torna-se uma tarefa incessante para este “guardião” autônomo.

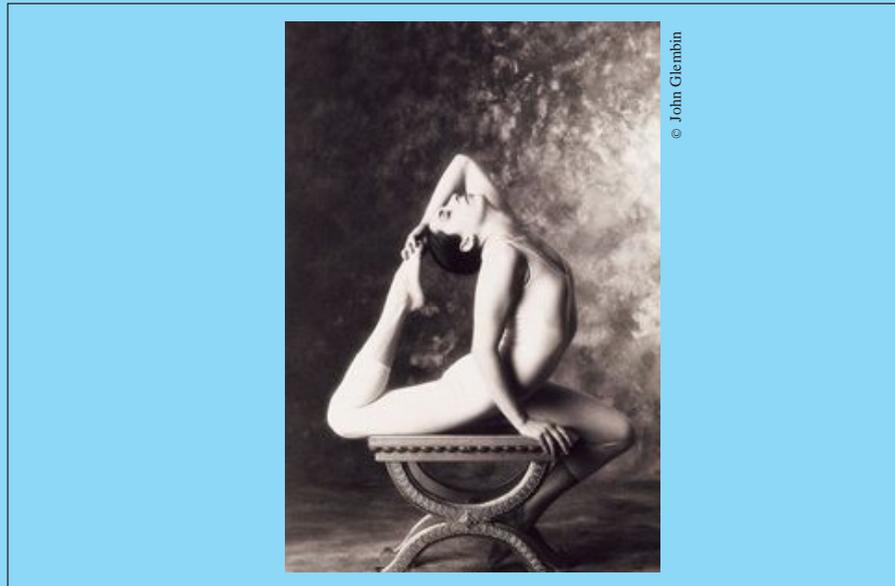
A imagem do corpo não enfatiza a segurança da ordem coletiva, mas a incerteza das liberdades individuais. A busca de homogeneidade e normalização que o corpo sofreu na fase anterior passa, nesse momento, pela tentativa de construção de estilos de vida diferenciados, adequados as constantes mutações que o mercado proporciona. O corpo passa a ser um objeto de investimento individual, o último espaço de controle permitido aos seus “possuidores”.

Do produtor disciplinado de Foucault, passamos para o colecionador de sensações de Bauman. Este sendo definido como consumidor na sociedade de consumo, como

aquele que se encontra sempre em movimento, exposto a novas tentações, sempre à procura, mas sem nunca encontrar. Sujeito sempre insatisfeito, sempre em estado de alerta, pronto para mais uma aventura. O corpo sempre pronto para desejar mais e mais, para se refazer e ser refeito em cada movimento. A ênfase é o consumo (de bens, de significados) e não a produção (de bens, de significados) sendo que as ações não se enquadram necessariamente na tentativa de fixar residência num padrão definitivo. As ações estão mais articuladas com a noção de adequação, sendo esta atrelada às novas sensações constantemente despejadas no espaço privilegiado de atuação dos sujeitos: o mercado.

O deslocamento de sentido sofrido pelo corpo, na medida em que saímos de uma sociedade caracterizada pela ênfase na produção para uma sociedade de consumo, se transferiu, em termos do grau de controle social, do Estado para a mediação do mercado. A ênfase dada ao corpo não se vincula a uma disciplina mecanizante com o intuito exclusivo do trabalho, mas justamente na estimulação de desejos em um corpo agora também consumidor.

Se a sociedade dos produtores coloca a saúde como padrão que seus membros devem atingir, a sociedade dos consumidores acena aos seus com o ideal da aptidão (*fitness*). Os dois termos — saúde e aptidão — são freqüentemente tomados como coextensivos e usados como sinônimos; afinal ambos se referem a cuidados com o corpo, ao estado que se quer que o corpo alcance e ao regime que se deve seguir para realizar essa vontade. Tratar esses termos como sinônimos é, porém, um erro — e não meramente pelos fatos conhecidos de que nem todos os regimes de aptidão “são bons para a saúde” e de que o que ajuda a manter a saúde não necessariamente leva à aptidão. Saúde e aptidão pertencem a dois discursos muito diferentes e apelam a preocupações muito diferentes (Bauman, 2001, p. 91).



Portanto, saúde vincula-se, com mais intensidade, ao mundo pesado da sociedade dos produtores e a aptidão à leveza da sociedade dos consumidores. Baseando-se neste discurso, podemos apontar algumas características destes dois conceitos. A saúde está conectada com a noção de corpo produtivo. Já a aptidão insere-se no discurso da construção de estilos de vida individualizados e diferenciados constituindo uma experiência subjetiva, tendo em vista as escolhas e responsabilidades depositadas nos consumidores. Ela representa uma ruptura constante com a idéia de normas em virtude do seu estado mutável proporcionado pelo mercado.

O corpo passa a ser visualizado como um alvo de reciclagens e ajustes constantes, adequados à capacidade de escolha dos seus possuidores. A aptidão não pode ter um padrão interpessoal em virtude de ser uma experiência subjetiva tornando-se especialmente difícil de precisar e descrever, ainda mais por ser um estado que não pode ser descrito de fora, nem comunicado com precisão. Como Bauman mesmo diz: “A busca da aptidão é como garimpar em busca de uma pedra preciosa que não podemos descrever até encontrar” (Bauman, 2001, p.92). E quando o encontro supostamente ocorrer, ele não pode ser precisado com clareza, nem tão pouco ser definitivo. A satisfação do encontro é momentânea, logo que os objetivos são alcançados o trabalho recomeça - o trabalho de se tornar apto é um eterno recomeço.

Por fim, entendemos que aqueles que buscam a aptidão nunca estão ou estarão aptos. Um olhar obsessivo é lançado sobre o corpo. O corpo passa a ser visto não como algo a ser amado, mas como algo ao qual tem-se que agregar valores mercadológicos. O corpo e a relação que os sujeitos estabelecem com o mesmo passam a representar não uma forma de amor de si, mas uma forma de amor pelo corpo como instrumento que possibilita a experimentação de sensações advindas do consumo.

T & M

Texto recebido em abril de 2005.
Aprovado para publicação em junho de 2005.

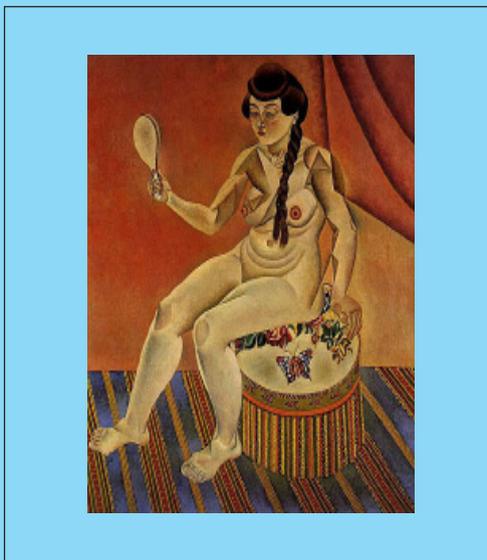
5. SOBRE OS AUTORES

Alexsandro Araújo Oliveira é Mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba. Docente na União Dinâmica de Faculdades Cataratas (UDC/Foz do Iguaçú). Endereço eletrônico: xs@cybermais.net.

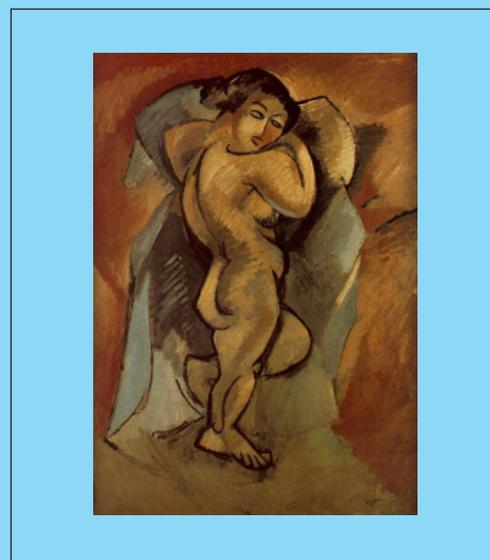
Ivan Marcelo Gomes é Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco. Doutorando em Ciências Humanas na Universidade Federal de Santa Catarina. Docente do Centro de Educação, Comunicação e Artes na Unioeste — Campus Cascavel. Endereço eletrônico: ivanmgomes@walla.com/ivanmgomes@bol.com.br.

6. REFERÊNCIAS

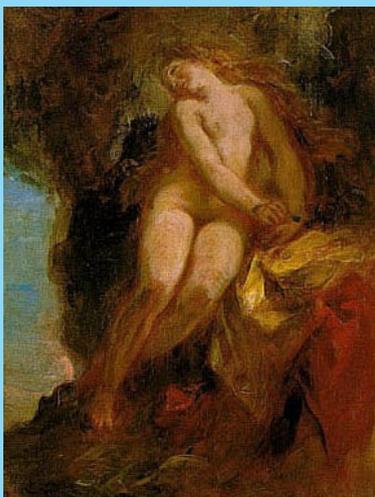
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999a.
— . *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999b.
— . *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
— . *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
ELIAS, Norbert. *A solidão dos moribundos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
SENNETT, Richard. *Carne e pedra*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
VIGARELLO, Georges. “Panóplias corretoras: balizas para uma história”. In: SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. *Políticas do corpo*. São Paulo: Estação Liberdade, 1995.



Desnudo con un Espejo - Joan Miró - 1919



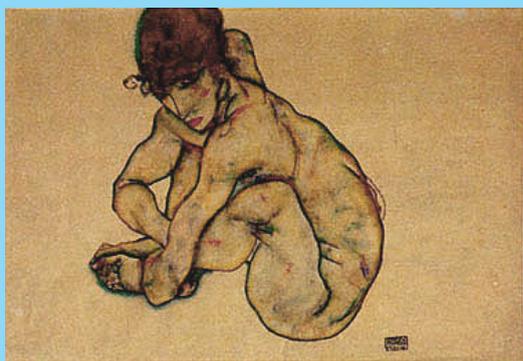
La grande Nudité - Georges Braque - 1908



Andromeda - Eugene Delacroix - 1852



The Toilet of Venus - Johann Liss - 1627



Kauernder Weiblicher Akt - Egon Schiele - 1914



Reclining Nude - Maxime Dethomas - 1906